

Moção

35 ANOS DE SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Comemorou-se no passado dia 15 de Setembro 35 anos desde a publicação da lei 56/79 que estabeleceu o início do nosso Sistema Nacional de Saúde (SNS).

Pela primeira vez, na história portuguesa foi inscrito na Constituição da República um serviço e um instrumento fulcral ao acesso a uma melhor saúde para todos. Sob a premissa de ser um direito universal e gratuito, a saúde, através do então criado SNS, passou a ser uma prioridade na responsabilidade do estado português.

Contudo, ao longo dos anos a direita sob a forma de PS ou PSD com ou sem CDS, nunca aceitou genuinamente o princípio da responsabilidade prioritária do Estado, em assegurar o direito à saúde assumido em 1979.

Assumindo sempre a sua lógica do chamado Estado mínimo e do princípio do utilizador/pagador, o governo português com uma maioria de direita, com bandeira do PSD e com a cara do Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva, em 1989, inscreveu na Constituição da República Portuguesa a expressão "tendencialmente gratuito", de onde surgiu as taxas moderadoras.

Um ano depois, este mesmo governo abriu portas à iniciativa privada aprovando a Lei de Bases da Saúde, conferindo o suporte em falta a toda a ofensiva desenvolvida para a privatização da saúde.

Ao longo destes anos, aliando-se a desresponsabilização do Estado enquanto entidade gestora e regulamentadora do SNS e o potencial de negócio que a saúde representa permitiu-se o desenvolvimento atroz e um controle progressivo privado da saúde, por grandes grupos financeiros com as suas seguradoras e as suas empresas prestadoras de cuidados de saúde.

Atualmente, apesar de tudo conquistou-se ao longo destes 35 anos um manifesto desenvolvimento da esperança média de vida, uma diminuição das taxas de mortalidade infantil para uma das mais baixas do mundo e aliou-se tudo isso a um aumento da qualidade de vida de todos os portugueses.

Era bom que isto fosse realmente assim...

Na verdade aumentamos sim a esperança média de vida em cerca de 20 anos e diminuímos as taxas de mortalidade infantil, mas continuamos a ser esmifrados e explorados pelas políticas da saúde de direita que sob a premissa da troika e agora do pós-troika têm levado drasticamente a uma diminuição da qualidade de vida dos

portugueses.

Quando poderíamos ter reformado o nosso SNS com uma melhor gestão das despesas hospitalares, centralizando e criando uma seleção adequada e racional de medicamentos, utilizando e estabelecendo regras precisas para a realização de determinados exames e definindo protocolos isentos de ambiguidade para claramente termos todas as estruturas do SNS a funcionar regradamente e acima de tudo homogeneamente. Não! O Estado português deixou andar. Deixou deambular o nosso SNS anos e anos a fio, esbanjando dinheiro e recursos, permitindo a sua ineficiência com listas de espera intermináveis e conduzindo por fim ao seu descrédito.

Deixaram desamparado o nosso SNS e ficou-se à mercê dos privados, dos grandes grupos, como são exemplos os Grupos BES/Saúde, José de Mello Saúde, HPP, agora Lusíadas Saúde e o Trofa Saúde. Neste momento, quem hoje quiser ter acesso à saúde sabe que têm de a pagar e sabe que se quer rapidez e eficiência tem de pagar mais ainda e contratar um seguro de saúde para se poder servir dos serviços privados. Perguntamos, pagar mais porquê? Nós que já estamos sufocados em altos impostos ao nosso Estado, aquele que acusa o povo de ter gasto mais do que podia e que atirando areia para os olhos, tenta-nos fazer esquecer dos seus compromissos assumidos na nossa Constituição!

E também é assim nos cuidados primários, com o governo a preparar-se para avançar, mais tarde ou mais cedo, com a implementação das Unidade de Saúde Familiares (modelo C). Deixando os centros de Saúde sem os recursos necessários e os utentes sem médico de família, mais de um milhão e seiscentos de acordo com o relatório do tribunal de contas.

Em 2011 quando este governo tomou posse afirmou que iria pôr mãos no "descalabro" financeiro do SNS e como medidas começaram por impor diminuições sucessivas no preço dos medicamentos. Muito bem! Foi uma medida interessante, efetivamente foi posto a cru uma ineficiência no processo do medicamento. Mas porque é que atualmente apesar de os medicamentos terem ficado brutalmente mais baratos a maioria das pessoas ainda paga mais do que pagava em 2011? Terá sido a diminuição drástica das percentagens de comparticipação? Novamente sobrou mais para o doente, mas a que custo? Cerca de 8 em cada 10 pessoas já foram a uma farmácia e não levaram todos os medicamentos prescritos por não terem dinheiro para os pagar, e cerca de 9 em cada 10 pessoas já foi confrontada com o medicamento esgotado por tempo indeterminado ou inclusive com o fim da comercialização de determinado fármaco, vital em alguns casos. Além disto as farmácias sofreram ainda uma diminuição de margens de lucro de forma progressiva, muito penalizante, com efeitos drásticos a curto prazo e, enquanto a troika pediu "uma contribuição de 50 milhões de euros" às farmácias, acabaram por ser 310 milhões de euros, entre farmácias e grossistas.

Com cerca de 2800 farmácias em Portugal, nos últimos dois anos, mais de metade encontram-se com fornecimentos suspensos e de entre as dezenas de falências existem ainda cerca de 4 centenas em processo de insolvência. Mantendo-se de portas abertas, mas vazias...

Curiosamente e apesar de ser um negócio de sempre de pequenos empresários, há cada vez mais grupos de farmácias. Grupos de dezenas delas. E depois do *boom* de parafarmácias dos grandes grupos Sonae, Jerónimo Martins, Auchan, entre outros, estará certamente para muito breve o *boom* em Farmácias nestes mesmos grupos, dando por fim a "machadada" final no sector.

Afinal enquanto os pequenos empresários "de sempre" lutam pela sobrevivência do seu negócio e da subsistência das suas famílias, este País com estas políticas está cada vez mais um País do muito e do muito pouco!

Assim, a Assembleia Municipal, reunida a 24 de Setembro, nos Paços do Concelho, reafirma a defesa intransigente de um serviço nacional de saúde gratuito e de igual acesso a todos os cidadãos.

A Bancada da CDU

24 de Setembro de 2014

3